

3ª Conferência Nacional
de Economia Solidária

conferência temática
ECONOMIA E DEMOCRACIA

Políticas de Financiamento, Finanças Solidárias e
Ambiente Institucional para a Economia Solidária

Construindo um Plano Nacional da Economia
Solidária para promover o direito de produzir
e viver de forma associativa e sustentável

CONTATO: nesol@usp.br
(11) 3091-5828/3091-4400



3ª Conferência
Nacional de
Economia
Solidária



Secretaria Nacional
de Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego





3ª Conferência Nacional
de Economia Solidária

conferência temática **ECONOMIA E DEMOCRACIA**

Políticas de Financiamento, Finanças Solidárias e Ambiente Institucional para a Economia Solidária

DOCUMENTO DE PROPOSTAS - PLENÁRIA

1. Prioridades

(Propostas prioritárias decididas em plenária)

Proposta 1

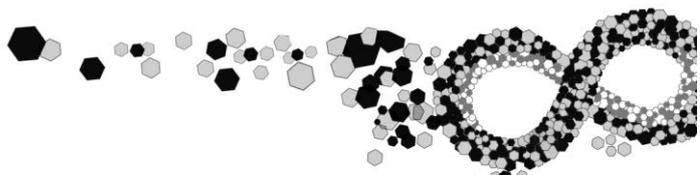
1. Criar uma política nacional de finanças solidárias organizada com base na articulação de políticas estaduais e municipais, estas organizadas em conselhos (municipais e estaduais) de natureza paritária (governo e entidades da sociedade civil). Esta política deve ser permanente e deve reconhecer institucionalmente as iniciativas e territórios em suas especificidades, de modo que possam ser garantidos:

- a) fomento e assessoria técnica necessários
 - b) infra-estrutura logística e formativa
 - c) autonomia para o desenvolvimento local
 - d) instrumentos não-economicistas de diagnóstico, avaliação e monitoramento
2. A política nacional de finanças solidárias deverá ser construída a partir de audiências públicas, conferências, debates, seminários e encontros que englobem as três redes. Estes espaços deverão ser organizados e sistematizados pelo conselho nacional de economia solidária no uso de suas atribuições, garantindo a participação legítima da sociedade civil.

Ressalvas: quando falar em finanças especificar os 3

Proposta 2

9. Criar o Fundo Nacional de Apoio à Economia Solidária considerando o acumulado no PL da EcoSol





3ª Conferência Nacional
de Economia Solidária

conferência temática **ECONOMIA E DEMOCRACIA**

Políticas de Financiamento, Finanças Solidárias e Ambiente Institucional para a Economia Solidária

Proposta 3

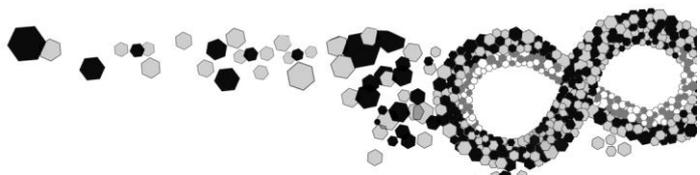
11. Criar programa de financiamento às práticas de finanças solidárias tendo como financiadores o BNDES, bancos regionais e estaduais de desenvolvimento, bancos públicos e agências de fomento, nas modalidades de fundo não-reemborsável e de crédito com política de crédito adequada às práticas de finanças solidárias.

Proposta 4

14. Elaboração e proposição de metodologia de avaliação adequada para os órgãos financiadores aos projetos de finanças solidárias, por parte Comitê de Finanças Solidárias, devendo fazer parte do marco regulatório

Proposta 5

12. Organizar em âmbito nacional o Sistema de Finanças Solidárias, com o objetivo de dinamizar as economias nos territórios; Aprovação de projeto de lei de reconhecimento dos fundos solidários e bancos comunitários, bem como aprimoramento da legislação e regulação sobre as cooperativas de crédito e que contemple a constituição de um sistema de finanças solidárias com autonomia e regulação própria garantindo ambiente institucional para seu desenvolvimento.





3ª Conferência Nacional
de Economia Solidária

conferência temática **ECONOMIA E DEMOCRACIA**

Políticas de Financiamento, Finanças Solidárias e Ambiente Institucional para a Economia Solidária

Carta ao Ministro (Aprovada)

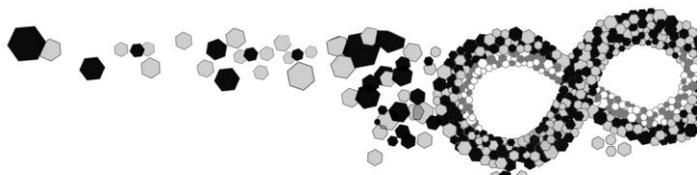
Carta ao Ministro

São Paulo, 09 de abril de 2014.

Sr. Ministro,

As/os participantes da *Conferência Temática de Economia e Democracia: Políticas de Financiamento, Finanças Solidárias e Ambiente Institucional para a Economia Solidária* vêm agradecer a sua participação na abertura dessa Conferência e dizer que o seu discurso no sentido de apoiar as iniciativas de finanças solidárias nos estimulou a elaborar essa carta com uma solicitação de fundamental importância para o crescimento dos fundos rotativos solidários, bancos comunitários de desenvolvimento e cooperativas de crédito solidário.

As iniciativas de finanças solidárias tem atendido grande parcela da população brasileira incluída no *Programa Brasil Sem Miséria* e foram historicamente as responsáveis, juntamente com entidades de mulheres, associações de moradores e entidades de povos tradicionais, pelas primeiras ações de microcrédito no Brasil. Hoje, as cooperativas de crédito possuem, apesar de ainda ser inadequado, um marco legal próprio, enquanto os bancos comunitários de desenvolvimento não conseguem acessar linhas de crédito que mantenham o aporte financeiro de suas operações de microcrédito, e os fundos rotativos solidários não conseguem recursos que





3ª Conferência Nacional
de Economia Solidária

conferência temática **ECONOMIA E DEMOCRACIA**

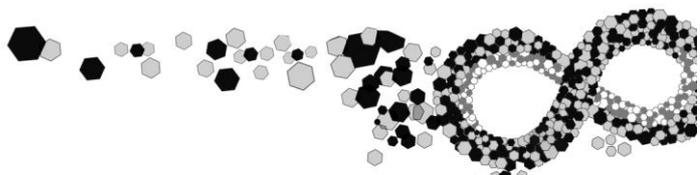
Políticas de Financiamento, Finanças Solidárias e Ambiente Institucional para a Economia Solidária

colaborem com a ampliação da sua metodologia de importante trabalho social.

Considerando que o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) é o órgão responsável pela gestão do *Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado* (PNMPO) e do *Programa de financiamento e apoio de custeio para as iniciativas de Finanças Solidárias*, coordenado pela Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES), durante a referida conferência constatamos a necessidade de conectar esses dois programas de fundamental importância para o acesso ao crédito pelas comunidades de baixa renda que estão inclusas no *Programa Brasil Sem Miséria*.

Nesse sentido, solicitamos a criação de um grupo de trabalho formado pela equipe do PNMPO, pela equipe da SENAES e com a participação do Comitê Temático de Finanças Solidárias e Crédito do Conselho Nacional de Economia Solidária, com objetivo de revisar a Lei do PNMPO na perspectiva da Economia Solidária, pois da forma como foi elaborada não atende à realidade da Economia Solidária.

Certas/os de contar com seu acolhimento à nossa proposta, nos colocamos à disposição para contribuir neste processo tão importante para o fortalecimento das Finanças Solidárias no Brasil.





3ª Conferência Nacional
de Economia Solidária

conferência temática **ECONOMIA E DEMOCRACIA**

Políticas de Financiamento, Finanças Solidárias e Ambiente Institucional para a Economia Solidária

2. Material Bruto: Lista completa das propostas apresentadas pelos grupos e discutidas em plenária para a eleição das prioridades

Legenda:

Grifados = prioridades

~~Tachados~~ = excluídos

Questão 1) Quais as mudanças nas leis e regulamentos que precisamos para viabilizar a construção e consolidação do Sistema de Finanças Solidárias?

1. Criar uma política nacional de finanças solidárias organizada com base na articulação de políticas estaduais e municipais, estas organizadas em conselhos (municipais e estaduais) de natureza paritária (governo e entidades da sociedade civil). Esta política deve ser permanente e deve reconhecer institucionalmente as iniciativas e territórios em suas especificidades, de modo que possam ser garantidos:

a) fomento e assessoria técnica necessários

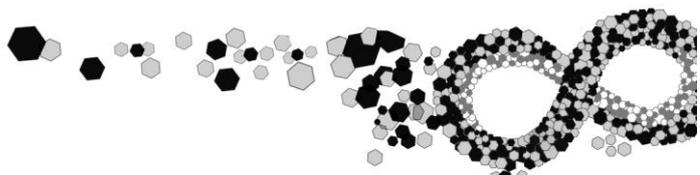
b) infra-estrutura logística e formativa

c) autonomia para o desenvolvimento local

d) instrumentos não-economicistas de diagnóstico, avaliação e monitoramento

2. A política nacional de finanças solidárias deverá ser construída a partir de audiências públicas, conferências, debates, seminários e encontros que englobem as três redes. Estes espaços deverão ser organizados e sistematizados pelo conselho nacional de economia solidária no uso de suas atribuições, garantindo a participação legítima da sociedade civil.

(juntar 1 e 2)





3ª Conferência Nacional
de Economia Solidária

conferência temática **ECONOMIA E DEMOCRACIA**

Políticas de Financiamento, Finanças Solidárias e Ambiente Institucional para a Economia Solidária

3. Reconhecimento pelo estado das iniciativas de finanças solidárias com base em Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Fundos Solidários e Clubes de Trocas como instituições que desenvolvem o serviço de financiamento à população em situação de vulnerabilidade social;

4. Que haja e revisão da lei do PNMPPO na perspectiva das finanças solidárias (carta ao ministro); (APROVADO)

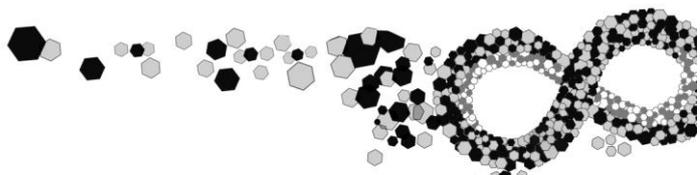
5. O comitê de finanças, articulado com a SENAES, deverá discutir e elaborar um substitutivo para o artigo 6º do projeto de lei das finanças solidárias.

(Discussão: esse projeto não foi discutido, sugere-se a retirada deste item. Esclarecendo: existe um projeto de lei em tramitação da Dep. Luisa Erundina – do jeito que está não vai pra frente. Um outro projeto está em formulação e ainda será apresentado, e a proposta de substituir o artigo 6º é deste ante-projeto, portanto é uma proposta não discutida. A proposta então é que isso seja revisto pelo Comitê de Finanças Solidárias.)

6. Fortalecer o processo de aprovação do novo marco regulatório das organizações da sociedade civil considerando as organizações das finanças solidárias.

7. Que nas políticas públicas de Economia Solidária se reconheça o potencial das iniciativas de Finanças Solidárias como estratégias para garantir o fomento em escala da Economia Solidária no Brasil;

8. Apoiar o PL geral da Economia Popular e Solidária, o projeto de lei da Erundina PL 93/2007, e o PL do cooperativismo, que precisam de um apoio do movimento.





3ª Conferência Nacional
de Economia Solidária

conferência temática **ECONOMIA E DEMOCRACIA**

Políticas de Financiamento, Finanças Solidárias e Ambiente Institucional para a Economia Solidária

Questão 2) Quais as fontes de recursos para viabilizar o Sistema de Finanças Solidárias e quais os novos instrumentos e mecanismos de financiamento precisam ser criados?

9. Criar o Fundo Nacional de Apoio à Economia Solidária;

(Sugestão: considerando o acumulado no PL da EcoSol)

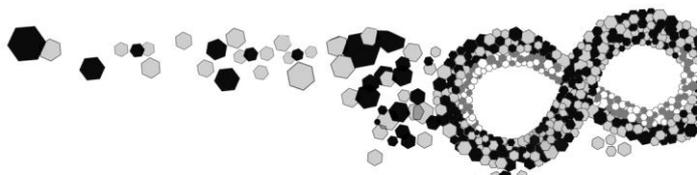
10. As fontes de financiamento das iniciativas de finanças solidárias poderão partir (como já partem) da sociedade civil, do poder público ou de entidades privadas.

(Ressalva: essa proposta é mais uma consideração)

11. Criar programa de financiamento às práticas de finanças solidárias tendo como financiadores o BNDES, bancos regionais e estaduais de desenvolvimento, bancos públicos e agências de fomento, nas modalidades de fundo perdido e de crédito com política de crédito adequada às práticas de finanças solidárias.

Questão 3) Como avançar na construção do Sistema de Finanças Solidárias com uma identidade coletiva dos três segmentos, sem que se percam as especificidades de cada um e sem que haja submissão de um em relação ao outro?

12. Aprovação de projeto de lei de reconhecimento dos fundos solidários e bancos comunitários, bem como aprimoramento da legislação e regulação sobre as cooperativas de crédito e que contemple a constituição de um sistema de finanças solidárias com autonomia e regulação própria garantindo





3ª Conferência Nacional
de Economia Solidária

conferência temática **ECONOMIA E DEMOCRACIA**

Políticas de Financiamento, Finanças Solidárias e Ambiente Institucional para a Economia Solidária

ambiente institucional para seu desenvolvimento.

13. Garantir programa público de assessoria técnica para as organizações de finanças solidárias

14. Elaboração e proposição de metodologia de avaliação adequada para os órgãos financiadores aos projetos de finanças solidárias, por parte Comitê de Finanças Solidárias, devendo fazer parte do marco regulatório

15. Articular as representações institucionais de cada setor (Fundos rotativos, bancos comunitários, coop. crédito) para criar um canal de comunicação entre si. A partir disso criar estratégias conjuntas, e operacionalizar tais estratégias.

~~16. Criar um Programa Nacional de Financiamento da Economia Popular e Solidária, que ofereça não só recursos, como também assessoria técnica.~~

Tranversais

~~17. Criar uma relação mais justa e igualitária dos três segmentos das finanças solidárias com os bancos estatais.~~

~~18. Criar/retomar dentro dos fóruns de Economia Solidária (municipais, estaduais, federal), um canal de discussão (GT de finanças) específico das finanças solidárias.~~

~~19. Incentivar uma maior mobilização popular do movimento de Economia Solidária, (por exemplo criação de uma marcha nacional da Economia Solidária) que se articule também com outros movimentos sociais.~~

